

Alcáçova do Castelo de Mértola

1978-2008 | TRINTA ANOS DE ARQUEOLOGIA



Alcáçova do Castelo de Mértola

1978-2008 | TRINTA ANOS DE ARQUEOLOGIA

PROJECTO

“Arqueocultura. – Salvaguarda e Valorização
dos Recursos Arqueológicos, Patrimoniais e Culturais”
Programa Comunitário INTERREG III A



CHEFE DE FILA: Câmara Municipal de Moura
PARCEIROS: Câmara Municipal de Mértola
e Ayuntamiento de Aroche



COORDENAÇÃO: João Miguel Palma Serrão Martins

AUTORIA E COORDENAÇÃO: Campo Arqueológico de Mértola



ALCÁZOVA DO CASTELO DE MÉRTOLA. 1978-2008
TRINTA ANOS DE ARQUEOLOGIA

COORDENAÇÃO DESTA EDIÇÃO: Susana Gómez

AUTORES DOS TEXTOS: Cláudio Torres, Virgílio Lopes, Santiago
Macias, Lígia Rafael, Susana Gómez, Clara Rodrigues, Carlos
Monteiro, Teresa Silveira, António Morgado

AUTORES DAS FOTOGRAFIAS: António Cunha (A.C.)
e Arquivo Fotográfico do CAM

DESENHOS: CARLOS ALVES (C.A.) e Arquivo do Gabinete
de Desenho do CAM

CONCEPÇÃO GRÁFICA: TVM designers

IMPRESSÃO: Texttype

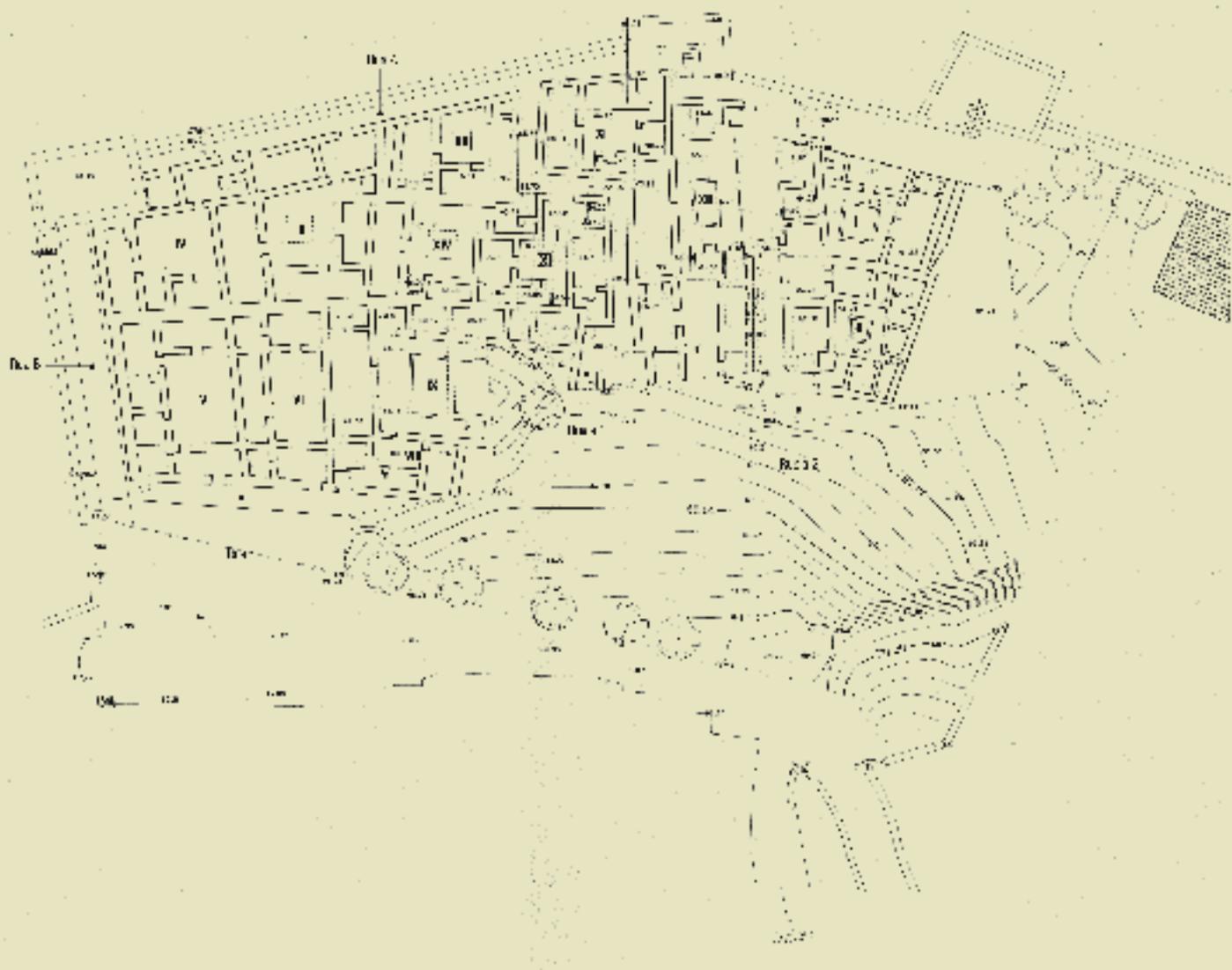
TIRAGEM: 1000 exemplares

ISBN: 978-972-9375-29-3

DEP. LEGAL: 286 994/08

Mértola, 2008

1.	Introdução	7
	CLÁUDIO TORRES	
2.	O edifício religioso da Antiguidade Tardia	11
	VIRGÍLIO LOPES	
3.	O Bairro Islâmico da Alcáçova de Mértola	23
	SANTIAGO MACIAS	
4.	Os objectos do quotidiano no bairro almóada da Alcáçova de Mértola	49
	LÍGIA RAFAEL, CLÁUDIO TORRES E SUSANA GÓMEZ	
5.	A Necrópole da Baixa Idade Média	67
	CLARA RODRIGUES E SUSANA GÓMEZ	
6.	Conservação e musealização	73
	CARLOS MONTEIRO, TERESA SILVEIRA E ANTÓNIO MORGADO	
	Bibliografia sobre a Alcáçova do Castelo de Mértola	85



Scale 1:500

3.

O Bairro Islâmico da Alcáçova de Mértola

SANTIAGO MACIAS

FOI APENAS numa fase adiantada (1989/1990) dos trabalhos na alcáçova de Mértola que os dados referentes às casas do bairro islâmico começaram a ganhar corpo e a permitir as primeiras propostas de leitura daquele conjunto de habitações e das formas de organização internas das casas. Se é certo que até essa altura abundavam os vestígios cerâmicos de uma importante ocupação em época islâmica não é menos verdade que esses elementos eram insuficientes para permitirem uma interpretação de conjunto do bairro, do qual tínhamos apenas elementos dispersos: parte de um pátio, duas alcovas e algumas fossas de saneamento. A compreensão global do sítio durante o período islâmico teve que esperar e só foi possível graças à lenta e gradual revelação de um importante conjunto de casas. Trinta anos volvidos sobre o início dos trabalhos arqueológicos em Mértola temos à vista dezena e meia de casas. Somam-se as certezas sobre a história do sítio na mesma medida em que aumentam as dúvidas e tantas questões estão ainda por esclarecer.

Quem inicia uma visita às escavações é tomado por uma série de questões que não diferem muito das que se colocam a quem ali trabalha:

- Que estruturas são estas?
- De quando data este bairro?

Planta do bairro islâmico.

- Como eram as casas?
 - Quem nelas vivia e como era o quotidiano das pessoas?
- São estas questões que, acima de tudo, importa esclarecer.

O longo silêncio do registo arqueológico impede-nos de apresentar dados precisos sobre a ocupação da acrópole entre os séculos VIII e XII. Ou seja, grande parte do período islâmico é vista de forma entrecortada. Os dados proporcionados pela ocupação do alcácer (séculos X-XI ?), pela vida do arrabalde (abandonado talvez em finais do século XI, embora as sempre controversas fontes escritas o refiram ainda em meados do século XII) e pelos materiais cerâmicos desmentem a ideia de um qualquer declínio mas não são, por outro lado, suficientes para termos uma ideia precisa sobre a evolução histórica do sítio.



Se nos detivermos apenas na plataforma inferior da alcáçova (cerca de 2000 m² de área) ficamos em presença de dois conjuntos, muito distantes no tempo, que marcam a ocupação do local: o complexo religioso de finais do século V/inícios do século VI (baptistério e criptopórtico) e as obras do último quartel do século XII

Proposta de reconstituição do bairro islâmico.

(bairro e mesquita). Ou seja, do ponto de vista dos vestígios arquitectónicos, temos a nossa atenção centrada em dois pontos: 1) final do século V/início do VI; 2) último quartel do século XII. O que está no meio destas datas corresponde ou a níveis de ocupação, dos quais temos apenas as datas aproximadas de abandono, ou a lacunas ainda por explicar.

O BAIRRO

Os vestígios que se estendem à nossa frente, no extremo norte da antiga cidade de Mértola, são tudo o que resta de um bairro de várias dezenas de habitações, que outrora ocupou este limite da área urbana. As casas estiveram sepultadas durante muitos séculos, antes da arqueologia as resgatar ao esquecimento. Os seus muros desapareceram quase por completo e a reconstituição das ruas, habitações e modos de vida passaram para a mesa de trabalho dos arqueólogos. O rumor das ruas de outrora cedeu o passo ao silêncio e aos visitantes.

Foi uma vida curta a deste bairro. Os momentos finais da Mértola islâmica parecem ter dado uma especial importância ao limite norte da cidade. O declínio de Beja, e mesmo o êxodo de parte da sua população em direcção a sul, terão estado ligados ao breve apogeu de Mértola. Na segunda metade do século XII um conjunto de obras públicas tiveram lugar na área a que chamamos hoje *zona palatina*. Nelas se incluíram a construção do bairro e o amplo programa de remodelação da mesquita.

O bairro da alcáçova é uma obra notável de planeamento, com um traçado de ruas e a concepção de sistemas de saneamento, que nada têm a ver com improvisos ou com uma qualquer obra do acaso. A rede viária organizava-se, na extensão até agora posta a descoberto, segundo um esquema definido de forma algo tosca mas onde os eixos delineados em linhas perpendiculares entre si são, ainda hoje, e após as escavações arqueológicas, perfeitamente definíveis. A área habitada era estruturada por duas ruas que delimitavam a alcáçova a norte e a oeste.

Casas I e II (vista geral).



Ao todo, e no conjunto das duas ruas, cerca de 86 metros de vias circundavam a área oeste do bairro da alcáçova, numa zona onde as habitações estavam dispostas de modo coerente no aglomerado urbano, de acordo com uma disposição razoavelmente definida e que terá sido traçada antes da construção do bairro. O caso de Mértola parece-nos esclarecedor: o bem organizado sistema de canalizações, fossas, ruas e habitações existentes não é admissível sem a competente presença de um poder capaz de impôr de forma rigorosa o que pretendia. A implantação das casas não é, neste aspecto particular, fruto do improvisado ou de atitudes espontâneas. Parece claro que o conjunto urbano da alcáçova foi fruto de um empreendimento concebido de raiz e que passou pelo delinear do seu traçado, a marcação de ruas e a construção de sistemas de saneamento, existentes antes da edificação das casas. É natural que a menção da palavra “ortogonalidade” possa soar exagerada quando olhamos a planimetria do bairro e constatamos a trama sinuosa do adarve 1, pouco consentânea com um desenho feito a régua e esquadro. Ainda assim, é indesmentível que o desenho do bairro não foi fruto do acaso e que se não podemos falar de um planeamento rigoroso não é menos verdade que podemos, com toda a legitimidade, referir-nos a uma organização urbana pensada e estruturada com algum rigor.



Vista geral do sector oeste do bairro.

A extensão total das ruas deste bairro, e contando também com os dois adarves, atingia os 134 metros nas zonas até agora escavadas ou identificadas. A sua extensão total era, evidentemente, muito superior.

A pavimentação das vias seguia o mesmo modelo, quer se tratasse de uma rua principal ou de um pequeno adarve. O piso de terra batida, de perfil ligeiramente côncavo, causado pela passagem de várias gerações de moradores, é o principal

traço que identifica estas estreitas vias, intensamente utilizadas durante pouco mais de 70 anos.

As ruas eram entendidas como um bem comum, cuja gestão e manutenção a todos dizia respeito. Por esse motivo, as normas referentes à limpeza das vias públicas eram tão precisas. O que era praticado na Sevilha almóada – e que foi recolhido no tratado de Ibn Adbun, de meados do século XII – não diferia, por certo, daquilo que era familiar aos habitantes de Mértola. Algumas regras parecem decalcadas dos regulamentos municipais dos nossos dias: não deveria deitar-se o lixo ou as imundices nas ruas; não era permitido que as águas sujas das residências particulares danificassem o pavimento das ruas; qualquer dano, antigo ou recente, causado aos bens públicos deveria ser reprimido (García Gómez, 1981: 119-120). Diga-se ainda que cada habitante deveria ocupar-se da limpeza do espaço em frente à sua casa, um hábito que se manteve nas nossas cidades do sul até tempos bem recentes.

Outros autores do período islâmico dedicaram especial atenção à vigilância das ruas, dando indicações precisas sobre a forma de manter a ordem pública, sobre a maneira de utilizar as ruas ou em relação ao modo como os cidadãos se deviam comportar (Arié, 1960: 360-363).

Rua no limite sul do bairro.



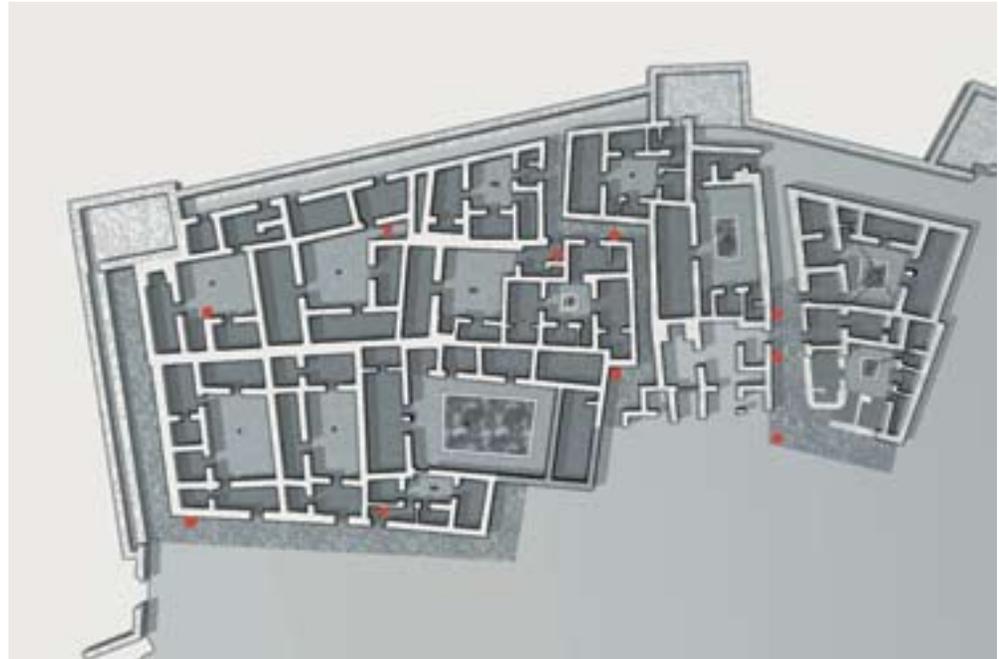


Adarves 1 (à esquerda e em baixo) e 2 (à direita) do bairro.

OS SISTEMAS DE SANEAMENTO

Um olhar mais rápido pelas estruturas deste bairro não permite que identifiquemos, de imediato, detalhes importantes do seu ordenamento. Um dos menos visíveis e mais interessantes é o da preocupação com o saneamento, que garantia qualidade de vida aos habitantes e foi desde sempre alvo de particulares cuidados. Vale a pena sublinhar que cada casa dispunha de uma latrina, perfeitamente autonomizada no seio de cada moradia.

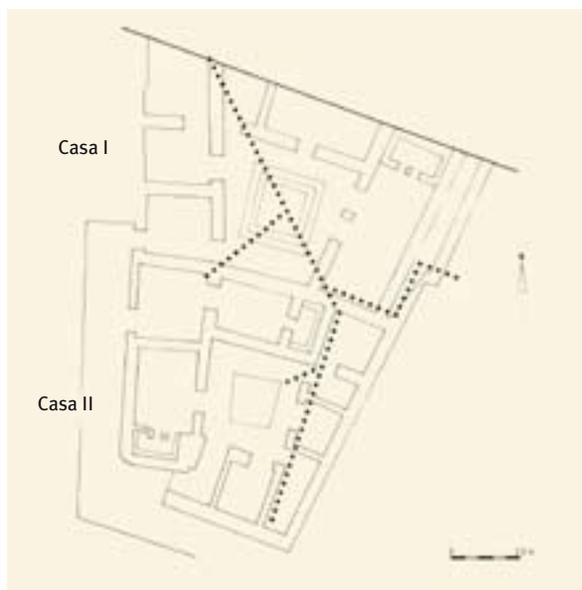
Sistemas de saneamento do bairro: fossas (pontos vermelhos) e canalização (a tracejado).



Os sistemas de eliminação de águas residuais foram concebidos antes da construção do bairro, não existindo nenhuma discrepância entre ruas, casas e esgotos. O esforço de planeamento a que aludi mais acima tem aqui um dos seus aspectos mais conseguidos.

As soluções postas em prática adaptaram-se à realidade de cada espaço do bairro. Nas zonas junto ao criptopórtico, há muito abandonado, abriram-se caneiros que permitiam a infiltração para dentro daquele reservatório. Duas das habita-

ções (a I e a II) tinham mesmo uma canalização subterrânea que, de sul para norte, e com uma ligeira inclinação, recolhia sucessivamente os resíduos de uma latrina, de um pátio, de uma cozinha (casa II), de outro pátio e de outra latrina. O caneiro, com uma secção de razoáveis dimensões, garantia o funcionamento deste sistema na perfeição. O sistema mais comum, contudo, era o das latrinas ligadas a fossas abertas no pavimento das ruas. As fossas, construídas pelos proprietários das casas,



Sistema de canalização das casas I e II: planta e imagem do pátio da casa I.



Fossa da casa V.

eram depois cobertas com lajes e com a terra do pavimento das ruas. Por vezes, estes locais de despejo eram abertos no interior das próprias habitações, em zonas nem sempre distantes das portas.

Sistemas idênticos são reconhecíveis em todos os espaços urbanos do al-Andalus nesta época, das cidades mais modestas às mais importantes. Constituem, para além de um importante elemento para a compreensão das estruturas habitadas daquele período, um precioso auxiliar para o estudo do quotidiano. É nessas pequenas lixeiras, há longo tempo abandonadas e esquecidas, que encontramos restos de alimentação que o tempo não logrou destruir. A revelação do dia-a-dia das populações, dados sobre o clima e os ecossistemas ganham nova dimensão através da análise de ossos e de sementes, de espinhas e de escamas, de conchas e de caroços. No caso de Mértola os elementos recolhidos vieram sublinhar o consumo frequente de carne de borrego e de cabra, a utilização do rio como recurso fundamental, a presença de pomares onde as figueiras surgiam muito à frente de todas as outras árvores.

Sublinhemos ainda mais alguns dados no que respeita ao funcionamento destes sistemas de saneamento: os proprietários eram obrigados a construir e manter em bom uso os seus esgotos (García Gómez, 1981: 120), escrevendo-se num tratado de *hisba* (livros destinados à regulação dos mercados mas cujo âmbito ia muito para lá desses limites), redigido por Ibn Abd al-Rauf, que quem escavasse um esgoto na via pública era obrigado a proceder à sua limpeza bem como a nivelar a rua, de forma a não causar incómodo a quem por ali passava (Arié, 1960: 361). Afirmava ainda Ibn Abdun que não seria permitido às pessoas atirar para a rua lixo e imundices. A vigilância dessas tarefas, adianta outro autor – Umar al-Garsifi –, cabia ao *muhtasib* ou almotacé (Arié, 1960: 368), devendo a limpeza das latrinas ser executada por cristãos ou judeus, uma vez que se tratava de uma tarefa indigna para um muçulmano (García Gómez, 1981: 149).

É provável, e apesar da relativa sofisticação dos sistemas de saneamento, que odores e bicharada indesejáveis por vezes surgissem no interior das habitações. Os tratados de agricultura do período islâmico mencionam indirectamente esta questão, ao fornecerem uma série de receitas para fumigação das casas e que se destinavam a resolver tais problemas.



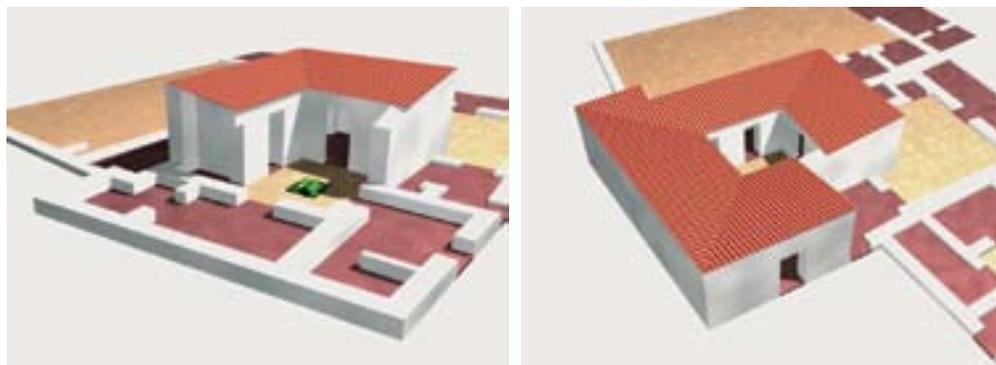
AS CASAS

Num mundo em que aos homens estavam reservadas as tarefas da guerra, do comércio ou, simplesmente, do convívio nos locais públicos, fossem eles o mercado, a mesquita ou os banhos, o interior do lar era o espaço quase exclusivo das mulheres. Como em tantas outras cidades da orla mediterrânica, repetiam-se neste pequeno bairro rituais, hábitos e gestos de um ritmo diário condicionado pela execução de trabalhos rotineiros.

Era no interior da casa, no pátio ou na cozinha, espaços íntimos e longe dos olhares indiscretos da rua, que as mulheres de uma família alargada (mãe, filhas, sobrinhas, sogra etc.) preparavam conservas, confeccionavam refeições, teciam ou conversavam. O papel da mulher adquiria contornos tanto de ordem prática como simbólica. Há referências escritas ao facto de a mulher se fazer quase sempre acompanhar no interior da casa por uma pequena bilha de azeite com a qual tanto acendia as lâmpadas como temperava a comida. Ou seja, tratava-se de alguém que, no interior da casa, proporcionava ao mesmo tempo a alimentação e a luz (Goitein, 1983: 142-143).

Proposta de reconstituição
da casa X (em cima).

Planta da casa X (em baixo).



Algumas tarefas tinham, porém, maior relevo. Dentre elas, as que, com maior probabilidade, consumiam mais tempo e mantinham ocupados um maior número de membros da família eram as que se relacionavam com a confecção dos alimentos. Os trabalhos de aprovisionamento (desde a compra de alimentos no mercado ao transporte de água ou de carvão), de preparação e de cozedura (em casa ou no forno comunitário) prolongavam-se por várias horas. A importância destes actos

levou a que, nalgumas casas do bairro, a cozinha tivesse passado a ocupar um lugar independente e de uso exclusivo. Não serviam como local de lazer, de dormida ou para a execução doutro tipo de trabalhos. Nesses pequenos compartimentos, onde por vezes é visível uma separação entre espaços de armazenamento e áreas de fogo (v. plantas das casas I e II), não parece ter havido qualquer outra utilização.

Não é possível reduzir a “casa mediterrânica” a um qualquer e rígido esquema de organização arquitectónica. Mesmo se considerarmos apenas o espaço geográfico do Gharb al-Ândalus constatamos a existência de uma razoável diversidade de soluções, e cuja destrição básica radica na dicotomia meio urbano/meio rural. No caso das primeiras deparamos com um modelo de casa que parece ter predominado em todos os espaços urbanos do al-Andalus ao longo dos séculos XII-XIII e com uma organização que não conheceu grandes variações formais. É evidente que não há dois exemplares de casa iguais e que variações dignas de registo são detectáveis no que diz respeito à área das casas, à regularidade do plano (ou à sua ausência), à qualidade da sua construção (tanto nos cuidados estruturais existentes como no que respeita aos materiais utilizados) ou à aplicação de elementos decorativos.

De qualquer maneira são bem conhecidos os critérios propostos para a definição de “casa urbana”:

- presença de pátio com especiais cuidados de apresentação
- hierarquização dos compartimentos
- módulos de habitat divididos em três componentes: compartimento principal e 1 ou 2 alcovas
- presença de uma hidráulica doméstica elaborada (poços, cisternas etc.)
- cuidado com elementos decorativos (Bazzana, 1992: 192)

Tal esquema, que faz apelo a um certo requinte no quotidiano, só em parte pode ser aplicado às modestas habitações de Mértola.

Organizadas em torno de um pátio central, verdadeiro coração da casa, as moradias da alcáçova de Mértola dispunham, com pequenas variações, de idênticos compartimentos. As divisões apontam já para uma relativa especialização de funções (vejam-se, em anexo, as imagens da casa X, que constitui, pelo bom estado de conser-

Casa X:

Átrio (à esquerda, em cima);
Salão A (à direita, em cima);
Pátio (à esquerda, ao centro);
Alcova do salão A (à esquerda,
em baixo);
Alcova do salão B (à direita,
em baixo).



vação, um exemplo do que eram as habitações do bairro da alcáçova): um átrio de entrada, um pátio, o salão com a sua alcova, por vezes um espaço de trabalho, quase sempre a presença de uma latrina. Facto a registar, as habitações de Mértola dispõem de cozinhas organizadas em duas áreas com funções bem definidas: uma tinha funções de armazenamento, na outra estava instalada a zona do fogo.



Trata-se de casas que se organizam em função das tarefas da alimentação (Bazzana, 1992: 384), mas onde deveremos ver hábitos que ignoram largamente os sucessivos modelos culturais constituídos (romanos, árabes, cristãos) e se reportam a um modelo mediterrânico comum (Bazzana, 1992: 119). Os limites à “paternidade” das casas islâmicas peninsulares – bem como as objecções postas no que toca à suposta mas não provada ligação entre a villa romana e a casa islâmica – foram, portanto, já bem definidos (Bazzana, 1992: 28-29), tendo boa parte das intervenções arqueológicas realizadas em anos recentes no al-Andalus comprovado o carácter não-aristocrático, ou mesmo popular, de muita destas habitações. A verdade é que a despeito do cuidado postos nestas habitações a maior parte delas não se enquadra sequer nos critérios operativos para a definição de casa urbana (Bazzana, 1992: 192).

Cozinha da casa X – vista geral
(à esquerda, em cima).

Zona de fogo da casa II
(ao centro, em cima).

Zona de armazenamento
da cozinha da casa X
(à direita, em cima).

Zona de armazenamento
da cozinha da casa X
(à esquerda, em baixo).

Lareira da casa III
(ao centro, em baixo).

Latrina da casa X
(à direita, em baixo).

Em todo o caso, não é menos claro que o estatuto social dos proprietários das *villæ* e dos bairros citadinos do al-Andalus almóada era certamente muito diferente.

Esse carácter popular parece-nos ser sublinhado numa Mértola onde as casas não só parecem ter tido áreas relativamente modestas – se comparadas com as dos espaços apalaçados verificados em bairros de outras cidades – como não apresentam qualquer luxo nos acabamentos. Se a civilização urbana era caracterizada, entre outras razões, pela abundância e diversidade dos produtos de luxo (Mazzoli-Guintard, 1996: 137), é verdade que a afirmação deve ser suavizada quando falamos de Mértola, onde, pelo menos no que respeita às casas não encontramos as peças arquitectónicas finamente lavradas nem os estuques decorados e pintados presentes noutros locais.

As habitações deste bairro tinham um só piso. Até este momento, nada a nível arqueológico prova a presença de um primeiro andar. Em primeiro lugar, porque nenhum elemento, do ponto de vista estrutural aponta nesse sentido, uma vez que as paredes das casas não têm espessura suficiente para suportar um piso suplementar. Por outro lado, nunca se detectaram blocos provenientes de qualquer derrube que justificassem essa suposição. Há, também, uma total falta de informação arqueológica no que diz respeito à presença de eventuais escadas no interior destas casas.

Eram, por norma, casas encerradas em si, viradas para dentro, de forma a preservar a intimidade dos moradores e, para além da porta, com raras aberturas ao exterior, ao ponto de se dizer que a dominante essencial é a vida privada, o que é causa de que na topografia urbana o espaço público seja o negativo, face ao positivo do espaço privado (Acién Almansa, 2001: 17). As leis eram claras sobre a necessidade de não causar prejuízo a um vizinho, ao abrir uma janela sobre a sua casa ou uma porta face à sua (Ibn al-Imam, 1900: 55-56 e 93-97; Qayrawani, 1914: 208).

A área da casa variava, bem entendido, em função do espaço e do estatuto do proprietário (Bernabé Guillamón, 1993: 11), oscilando as habitações de Mértola entre os 42 m² para a mais pequena até agora encontrada, e os 160 m² para a maior. Os princípios organizativos destas casas são também identificáveis noutros sítios arqueológicos peninsulares do período islâmico, ainda que as dimensões das habitações de Mértola sejam mais modestas do que as doutros locais.

Quem vivia no bairro da alcáçova de Mértola?

Parece seguro que o bairro terá sido sempre habitado por populações autóctones. As lareiras escavadas no chão parecem incompatíveis, pelo seu manifesto arcaísmo e carácter local, com qualquer tipo de população exterior a este território.

De igual modo, o persistente reaproveitamento das peças de cerâmica aponta para uma população algo empobrecida, que não se poderia dar ao luxo de adquirir com regularidade novos utensílios. Arqueologicamente, isso é visível nas reparações com gatos, identificáveis em muitos objectos (inclusivé nas pouco dispendiosas peças em cerâmica comum, encontradas nos níveis de abandono das casas do bairro islâmico – Gómez Martínez, 2001: 109; n.º 1 e 131; n.º 41).

O número de habitantes de cada uma destas casas continua a ser um tópico difícil de resolver, tanto pela falta de documentação escrita específica como pela ausência de dados concretos sobre as formas de organização familiar destes estratos populacionais. O cálculo de quatro habitantes por fogo, tantas vezes avançado para habitações da Baixa Idade Média, está longe de ser uma solução pacífica ou unanimemente aceite.

As casas são mais pequenas do que outras escavadas em cidades do al-Andalus do mesmo período, o que deixa talvez antever a exiguidade do espaço disponível. O modelo das habitações segue, a uma escala modesta, os padrões das casas urbanas de então, sendo interessante notar que se conjugam aqui a cópia de modelos sofisticados com soluções que são próprias ao meio rural. Frise-se, em particular, a presença das lareiras escavadas no solo das cozinhas, uma prática corrente nas habitações das zonas de serra e que parecem pouco consentâneas com a ideia de “palácio”. Tem-se a percepção que, do ponto de vista social, as casas deste bairro implicam alguma capacidade de investimento, mas também não é menos certo que a sua simplicidade, tanto em termo de área das casas como no que se refere aos acabamentos, exclui a possibilidade dos moradores pertencerem à elite local. Estaremos, talvez, na presença de uma classe de pequenos mercadores e artesãos, se se preferir daquilo que designamos hoje em dia como “classe média baixa”.

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

As formas de construir são sensivelmente as mesmas em todas as habitações, constituindo a característica mais marcante o emprego de técnicas familiares a toda a área mediterrânica (como a taipa e o adobe) e cujo uso se prolongou praticamente até aos nossos dias, em particular nos territórios mais arcaicos da zona Sul de Portugal.

Vários elementos de ordem técnica são de destacar. O primeiro tem a ver com a inexistência de fundações (ou sua extrema fragilidade) nestas casas (Bazzana, 1992: 92). As paredes das habitações de Mértola assentavam sobre um pequeno alicerce, erguendo-se os muros em alvenaria até uma altura de 50 cm no interior das habitações. Por vezes, estreitas divisórias em adobe separavam interiormente os compartimentos.

Muros em taipa: na casa I do bairro islâmico (à esquerda) e na actualidade (à direita).



Os adobes, raros noutras regiões, aparecem aqui com relativa regularidade. Este material tinha, no período islâmico, uma clara marca de austeridade ou mesmo de uma certa pobreza. Conta-se que quando Abu l-Abbas Abd Allah b. Ibrahim b. Ahmad b. Muhammad b. al-Aglab subiu ao poder em 289 H./902 d.C., inaugurou uma administração justa, benéfica e liberal, não tendo querido morar no alcácer de seu pai, em Tunis. Comprou para sua morada uma casa construída com adobes (Al-Nuwayri, 1918: 15), numa evidente atitude de despojamento.



Os pavimentos das casas deste bairro são um dos elementos que mais nos ajudam a caracterizar, do ponto de vista sócio-económico, os habitantes que aqui viveram. Em nenhum dos compartimentos identificados se verifica a existência de revestimentos luxuosos em mármore ou de azulejos, mais próprios de uma área palatina. Não se põe a hipótese de terem sido arrancados uma vez que em todas as casas são visíveis, pelo menos parcialmente, os pavimentos originais.

Os pavimentos das diversas casas apresentam, por sua vez, alguma diferença entre si, podendo-se distinguir quatro tipos.

Os salões principais tinham, quase sempre, um piso argamassado, solução que nunca se utilizava nos pátios, cozinhas e latrinas. A esta argamassa era adicionado um pouco de almagre, o que lhe conferia um ligeiro tom rosado. Os salões das casas I, II, IV, VIII, IX, X, XI e XII foram pavimentados desta forma. As lajes de xisto eram utilizadas indistintamente em vários compartimentos, surgindo também a cobrir pátios centrais (casas VIII, IX, XI e XIII).

Muros em adobe: na casa I do bairro islâmico (à esquerda) e na actualidade (à direita).

Pavimento argamassado da casa IV.





Pavimento em xisto – área de armazenamento da cozinha da casa II.



Pavimento em tijoleira – pátio da casa II.

As tijoleiras eram a opção favorita para revestir os pátios (um dos sítios mais importantes no contexto da casa - é óbvio que a escolha da tijoleira tem a ver com o facto de se tratar de um compartimento descoberto e sujeito tanto à acção da chuva como dos raios solares), embora pudessem ser também utilizadas nos anexos das cozinhas (casa I/2) ou até nas latrinas (casa I/4).

Finalmente, mencione-se a omnipresente terra batida, usada em qualquer casa desta região praticamente até à actualidade. Parece ser a solução preferida para pavimentar as cozinhas ou até o salão de uma casa aparentemente mais pobre (casa III/6).

A cobertura das casas deste bairro obedecia aos princípios até há poucos anos utilizados na arquitectura tradicional da região. Dispunham-se primeiro os caibros em madeira de modo transversal, para que um dos extremos assentasse na parede virada ao pátio e o outro no muro exterior da casa. Em princípio, as paredes do interior da casa eram mais baixas que as exteriores. Garantia-se assim a inclinação do telhado para dentro, o que permitia rentabilizar o armazenamento da água da chuva.

Aconselhava-se, de modo explícito, que se usasse de preferência madeira antiga na construção das casas (Ibn al-Awwam, 1802: 389). Sobre esses barrotes eram de seguida alinhadas e pregadas as canas sobre as quais se dispunham finalmente



as telhas (invariavelmente de canudo). Não é certo que tenha existido uma diferença de coberturas em açoteias para as regiões do Sul e de telha para áreas setentrionais, uma vez que as telhas foram, nesta região, de uso generalizado (Marques, 1987: 65).

Telhados: telhas caídas no solo da casa IV (à esquerda) e construção de uma cobertura na actualidade (à direita).

CONCLUSÃO

Cidade de curtos apogeus, Mértola vive à sombra de Beja e emerge quase só quando o centro de poder do território dá sinais de enfraquecimento. Assim foi, também, na segunda metade do século XII, quando a alcáçova de Mértola conheceu um importante programa de renovação, a meio caminho entre o que hoje classificá-riamos como um loteamento (as obras do bairro) e o investimento público (a renovação da mesquita).

Talvez seja exagero reivindicar para Mértola o estatuto de “cidade marginal” mas não devemos deixar de frisar que ela apenas assume relevo e papel “centralizador” – a palavra é, certamente, demasiado ambiciosa para um controle territorial tão modesto – em momentos de crise. É também por esses motivos que a história da cidade permanece, sobretudo para as épocas mais recuadas, em boa parte por desvendar, não obstante o seu inegável peso económico e a sua importância estratégica.

Um dos momentos de maior visibilidade de Mértola, pelo menos em termos arqueológicos, ocorreu apenas na fase final do período islâmico, quando teve lugar a construção do bairro de que temos vindo a falar e que se sobrepôs às estruturas dos séculos V-VI.

Espaço urbano de vida efémera, pôde a arqueologia identificar dados decisivos sobre aspectos construtivos, sobre o quotidiano das populações ou os utensílios de que se serviam. Puderam também as escavações determinar o princípio e o fim da existência do bairro:

Em primeiro lugar, a sua construção, ocorrida na segunda metade do século XII. Mértola conheceu, nesse período, uma curta época de apogeu, que se traduziu, um pouco depois dos meados desta última centúria, nas obras de remodelação da mesquita e no programa de reforço das muralhas. É provável, como já se referiu, que a realização deste programa urbano possa estar ligado à crescente importância político-militar que a cidade adquiriu na derradeira fase da islamização e que foi o contraponto ao quase desaparecimento de Beja.

Em segundo lugar, a ocupação do local ter-se-á prolongado, pelo menos, até uma época próxima da reconquista de Mértola, ocorrida em 635 H./1238 d.C. No estrato correspondente à destruição das casas, para além de um abundante espólio cerâmico de tipologia almóada, foram encontrados em vários pavimentos, e sob o telhado derrubado, diversos numismas portugueses dos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II, aí caídos em data simultânea ou próxima do abandono do bairro. A manutenção de um comércio, eventualmente algo debilitado, entre áreas definitivamente cristianizadas e as que ainda se encontravam na zona de influência mediterrânica, parece-nos hipótese provável.

Em terceiro lugar, os telhados caídos sobre os pavimentos denunciam uma destruição desta área habitacional que pode ter ocorrido num espaço relativamente curto, de meses ou mesmo semanas. Nalguns casos, a queda abrupta dos telhados e muros sepultou por alguns séculos peças cerâmicas completas. O estado em que estavam alguns materiais, esmagados sobre o solo dos vários compartimentos e com as telhas caídas sobre si, deixa mesmo antever um abandono rápido desses locais. A morte deste bairro está perfeitamente datada na época da Reconquista,

sendo praticamente certo que, de forma irreversível, a zona da alcáçova perdeu funções habitacionais na quinta década do século XIII.

A necrópole cristã que se instalou mais tarde nestes terrenos foi, simultaneamente, um factor de destruição e de preservação das estruturas arquitectónicas destas habitações. Constitui, em todo o caso, elemento de profunda perturbação na leitura das estratigrafias, quase sempre anuladas pela abertura de covas para deposição dos corpos. Se, nalgumas zonas, a área das inumações não destruiu totalmente os muros e pavimentos das habitações, noutras as covas foram abertas no chão dos pátios e salões das casas abandonadas ou interferiram directamente com o pavimento das ruas. Noutros sítios, a intervenção do espaço mortuário foi mais radical, tendo a abertura das fossas destruído todos os níveis arqueológicos, praticamente até às estruturas do período bizantino.

ÁREAS BRUTAS DAS CASAS DO BAIRRO ISLÂMICO

casa I	79,38 m ²
casa II	69,83 m ²
casa III	85 m ² (estimativa)
casa IV	70 m ² (estimativa)
casa V	70 m ² (estimativa)
casa VI	65 m ² (estimativa)
casa VII	a definir
casa VIII	42,20 m ²
casa IX	160 m ² (estimativa)
casa X	63,58 m ²
casa XI	63,34 m ²
casa XII	89,40 m ²
casa XIII	61,88 m ²
casa XIV	52,42 m ²
casa XV	a definir

ÁREAS ÚTEIS DOS COMPARTIMENTOS

áreas – m²

	Átrio	Pátio	Salão	Cozinha anexo	Cozinha lareira	Latrina	Armazenamento	Outros	Área total bruta
Casa I	5,08	20,46	15,74	4,81	6,34	3,46	6,43		79,38 m ²
Casa II	3,06 a) 6,31 b)	12,64	8,52 c) 6,55 d)	1,66	3,47	2,77	2,20	3,18	69,83 m ²
Casa VIII	2,91	7,92	7,01		3,00 e)		4,28		42,20 m ²
Casa IX									160 m ²
Casa X	4,89	8,53	12,71 f) 9,43 g)	1,06	2,92	1,13			63,58 m ²
Casa XI	4,24	11,43	12,24	0,96	1,80		3,21	5,44	63,34 m ²
Casa XII	7,9	31,33	19,16	1,50	2,77	2,87			89,40 m ²
Casa XIII	2,74	11,69	12,35		4,69 h)	1,09	5,25		61,88 m ²
Casa XIV	5,20	13,20	8,00	1,08	3,70	0,91			52,42 m ²

áreas úteis – %

	Átrio	Pátio	Salão	Cozinha anexo	Cozinha lareira	Latrina	Armazenamento	Outros
Casa I	6,42	25,88	19,91	6,08	8,02	4,37	8,13	
Casa II	4,22 a) 8,71 b)	17,45	11,76 c) 9,04 d)	2,29	4,79	3,82	3,03	4,39
Casa VIII	6,90	18,79	16,63		7,12 e)		10,15	
Casa IX								
Casa X	7,69	13,41	19,99 f) 14,83 g)	1,66	4,59	1,77		
Casa XI	6,69	18,04	19,32	1,51	2,84		5,06	8,58
Casa XII	8,83	35,04	21,43	1,67	3,09	3,21		
Casa XIII	4,42	18,89	19,95		7,57 h)	1,76	8,48	
Casa XIV	9,91	25,18	15,26	2,06	7,05	1,73		

- a) Átrio da casa
- b) Átrio do anexo
- c) Salão da casa
- d) Salão do anexo
- e) Cozinha sem sub-divisão
- f) Salão A
- g) Salão B
- h) Cozinha sem sub-divisão

BIBLIOGRAFIA

Fontes árabes

Ibn al-Awwam, 1802:

IBN AL-AWWAM - *Libro de agricultura* (trad. por Josef Antonio Banqueri). Madrid: Imprenta Real, 1802. Tomo segundo.

Ibn al-Imam, 1900:

IBN AL-IMAM - Des droits et obligations entre propriétaires d'héritages voisins (publ. por Barbier). In *Révue Algérienne et Tunisienne de législation et de jurisprudence*, Alger, t. XVI (1900) pp. 9-15, 17-23, 42-56, 93-104 e 113-144.

Al-Nuwayri, 1918:

AL-NUWAYRI - Historia de España y África (trad. Gaspar Remiro Mariano), *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su reino*, Granada, t. VIII, n.ºs 1-4 (1918) pp. 1-64, 85-220 e 263-309.

Qayrawani, 1914:

QAYRAWANI, Ibn Abi Zayd - *Risala ou traité abrégé de droit malékite et morale musulmane* (trad., coment. e índices por E. Fagnan). Paris: Librairie Paul Geuthner, 1914.

Estudos

Arié, 1960:

ARIÉ, Rachel - Traduction annotée et commentée des traités de hisba d'Ibn Abd al-Rauf et de Umar Al-Garsifi. *Hesperis-Tamuda*, Rabat, vol. I (1960) pp. 5-38, 199-214 e 349-386.

Abdel-Rahim, 1982:

ABDEL-RAHIM, Muddathir - Instituciones jurídicas in *La ciudad islámica* (ed. por R. B. Serjeant), s.l., Serbal-UNESCO, 1982. pp. 49-61.

Acién Almansa, 2001:

ACIEN ALMANSA, Manuel - La formación del tejido urbano en al-Andalus. In PASSINI, Jean (coord.) - *La casa medieval: de la casa al tejido urbano*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2001. pp. 11-32.

Basset, 1932:

BASSET, Henri; TERRASSE, Henri - *Sanctuaires et forteresses almohades*, Paris. 1932.

Bazzana, 1992:

BAZZANA, André - *Maisons d'al-Andalus - habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne Orientale*. Madrid: Casa de Velázquez, 1992. 2 vols.

Beltrán Pinzón, 2005:

BELTRÁN PINZÓN, J. M.; GÓMEZ TOSCANO, F. - Urbanismo y arquitectura doméstica almohades en el sector murallas del desembarcadero de Niebla (Huelva, España), *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, n.º 9 (2005) pp. 83-97.

Bernabé Guillamón, 1993:

BERNABÉ GUILLAMÓN, Mariano; DOMINGO LÓPEZ, José - *El palácio islámico de la Calle Fuensanta*. Murcia: Museo de Murcia, 1993.

Catarino, 1992:

CATARINO, Helena - A fortificação muçulmana de Salir (Loulé) - primeiros resultados arqueológicos, *Al-Ulya*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 1 (1992) pp. 9-51.

Catarino, 1997-1998:

CATARINO, Helena - O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica - povoamento rural e recintos fortificados. *Al-Ulya*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 6 (1997-1998) 3 vols.

García Gómez, 1950:

GARCIA GÓMEZ, Emilio; LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (eds.) - *Una crónica anónima de 'Abd ar-Rahman III al-Nasir*. Madrid-Granada: CSIC, 1950.

García Gómez, 1957:

GARCIA GÓMEZ, Emilio - Unas "Ordenanzas del zoco" del siglo IX. *Al-Andalus*. Madrid:CSIC Vol. XXII (1957) pp. 253-316.

García Gómez, 1981:

GARCIA GÓMEZ, Emilio; LÉVI-PROVENÇAL, Évariste - *Sevilla a comienzos del siglo XII - El tratado de Ibn Abdun*, 2.ª ed. Sevilla: Servicio Municipal de Publicaciones, 1981.

Goitein, 1983:

GOITEIN, Shelomo Dov - *A mediterranean society*. Berkeley: Univ. of California Press, 1983. vol. I.

Gomes, 2001:

GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela - *Palácio almóada da alcáçova de Silves*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2001.

- Gomes, 2003:
GOMES, Rosa Varela - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a alcáçova.*: Instituto Português de Arqueologia, 2003.
- Gómez Martínez, 2001:
GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana - A cerâmica islâmica de Mértola in *Museu de Mértola – Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 63-69 e 107-167.
- Khawli, 1997:
KHAWLI, Abdallah - La famille des Banu Wazir dans le Garb d'al-Andalus aux XII et XIII siècles, *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. n.º 5 (1997) pp. 103-115.
- Khiara, 1994:
KHIARA, Youssef - Propos sur l'urbanisme dans la jurisprudence musulmane. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, n.º 3 (1994) pp. 33-46.
- Macias, 2006:
MACÍAS, Santiago - *Mértola – o último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2006. 3 vols.
- Marques, 1987:
MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa*, 5.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
- Mazzoli-Guintard, 1996:
MAZZOLI-GUINTARD, Christine – *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII^e-XV^e siècles)*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 1996.
- Navarro Palazon, 1991:
NAVARRO PALAZON, Julio - *Una casa islámica de Murcia - estudio de su ajuar (siglo XIII)*. Murcia: Centro Ibn Arabi/Ayuntamiento de Murcia, 1991.
- Navarro Palazon, 1995:
NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro - La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa n.º 10 de Siyasa. In NAVARRO PALAZÓN, Julio (ed.). *Casas y palacios de al-Andalus*. Lunweg Ed., 1995. pp. 117-137.
- Picard, 2000:
PICARD, Christophe - *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*. *L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris : Maisonneuve & Larose, 2000.
- Talbi, 1954:
TALBI, M. - Quelques données sur la vie sociale en Occident musulman d'après un traité de hisba du XV^e siècle. *Arabica*. Leiden: E. J. Brill, vol. I (1954) pp. 294-306.
- Torres, 1982:
TORRES, Cláudio - A alcáçova de Mértola. *Arqueologia*. Porto. n.º 6 (1982).
- Torres, 1987:
TORRES, Cláudio - *Cerâmica islâmica portuguesa*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1987.
- Torres, 1992:
TORRES, Cláudio - O Garb al-Andalus. In MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. vol. I, pp. 363-415.
- Torres Balbás, 1985:
TORRES BALBÁS - Leopoldo *Ciudades hispano-musulmanas*. 2.ª ed. Madrid: Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1985.
- Van Staëvel, 1999:
VAN STAËVEL, Jean-Pierre - Réflexions à propos de la nomenclature médiévale de l'architecture de terre en Occident Musulman: l'exemple du tabiya. In HAMMAM, Mohammed (coord.) - *L'architecture de terre en Méditerranée*. Rabat: Publications de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, 1999. pp. 95-109.
- Van Staëvel, 2001:
VAN STAËVEL, Jean-Pierre - Savoir voir et le faire savoir: l'expertise judiciaire en matière de construction, d'après un auteur tunisois du 8^e/XIV^e siècle, *Annales islamologiques*. Le Caire: IFAO. N.º 35 (2001) pp. 627-662.



MÉRTOLA
CÂMARA MUNICIPAL

